

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 166.095 - DF (2019/0154758-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**SUSCITANTE** : JUÍZO DA 15ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA - DF  
**SUSCITADO** : JUÍZO DE DIREITO DA 15ª VARA CÍVEL DE BRASÍLIA - DF  
**INTERES.** : JOSE BERNARDES PEREIRA DO NASCIMENTO  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL  
**INTERES.** : UBER DO BRASIL TECNOLOGIA LTDA  
**ADVOGADOS** : OTTO BANHO LICKS - RJ079412  
RODRIGO DE AZEVEDO SOUTO MAIOR - RJ131902  
LUCY MARANGON BARBOSA E OUTRO(S) - DF035328

**EMENTA**

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. RELAÇÃO DECORRENTE DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR MEIO DE APLICATIVO DIGITAL. DEBATE QUANTO À NATUREZA DA DEMANDA (CÍVEL OU TRABALHISTA). *PERICULUM IN MORA* NÃO DEMONSTRADO. LIMINAR INDEFERIDA .

**DECISÃO**

Cuida-se de conflito negativo de competência suscitado, de ofício, pelo Juízo da 15ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, com pedido liminar fundamentado no art. 300 do CPC/2015.

Assevera o Juízo suscitante ter recebido os autos da ação de obrigação de fazer proposta por José Bernardes Pereira do Nascimento contra Uber do Brasil Tecnológica Ltda. por remessa do Juízo de Direito da 15ª Vara Cível de Brasília/DF, a quem foi inicialmente distribuída a demanda.

Acrescenta que a ação proposta não tem nenhuma vinculação com direitos trabalhistas, tratando-se de demanda na qual discute a cessação da prestação de serviço autônomo por meio intermediação digital.

Brevemente relatado, decido.

Primeiramente, verifico que, em tese, está configurado o conflito negativo de competência entre o Juízo Trabalhista e o Juízo de Direito para processamento e julgamento da ação cominatória proposta por José Bernardes Pereira do Nascimento.

Todavia, quanto à configuração do *periculum in mora*, as razões

deduzidas pelo suscitado não são suficientes para demonstrá-lo. Com efeito, até o momento não há sequer a prática de atos judiciais, de modo que inexistente potencial para qualquer prejuízo neste momento processual.

Assim, não há fundamento para a concessão da medida liminar pleiteada, razão pela qual é de ser indeferido o pedido liminar.

Oficie-se o suscitado Juízo de Direito da 15ª Vara Cível de Brasília/DF, solicitando-lhe que preste as necessárias informações, no prazo de 10 (dez) dias.

Após a juntada das informações, abra-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator